

## **SOBRE O NEOLOGISMO INTELLECTUAL**

*João Carlos Soares ZUIN<sup>1</sup>*

### **A condição do intelectual *engagé*: de Fichte ao caso Dreyfus**

Os debates a respeito do papel e da função dos intelectuais na sociedade contemporânea acompanham, via de regra, o curso aberto pelas investigações que procuram decifrar o significado das mudanças políticas e econômicas ocorridas na ordem social existente. Toda profunda alteração do sentido da história - pronunciada pelos processos de transformação socioeconômica, pelas crises e rupturas da ordem política que revelam um mundo que se desfaz -, possibilita o surgimento de novos debates sobre a missão dos intelectuais na nova ordem social e política. Nesse sentido, procuraremos compreender o sentido originário da palavra intelectual cunhada durante o caso Dreyfus ocorrido na França da Terceira República. Visto como o defensor da verdade, da justiça e do direito, o intelectual serve para caracterizar uma nova postura do homem de cultura perante à sociedade moderna. Aprofundaremos tal questão, seguindo de perto a sugestão feita pelo filósofo italiano Domenico Losurdo que vê uma certa continuidade entre o papel dos intelectuais dreyfusianos e o sentido do termo “douto” ou “sábio” utilizado por Johann G. Fichte no seu famoso livro *A missão do douto*, escrito no final dos Setecentos. A análise realizada por Domenico Losurdo é muito interessante: trata-se de recompor o surgimento de um novo tipo de intelectual que se origina na França dos Setecentos e que encontra a sua expressão maior no interior da filosofia idealista alemã de Fichte. Para o filósofo alemão, o intelectual é o “maestro da humanidade”, cujo destino é cumprir a tarefa do “controle supremo sobre o progresso efetivo do gênero humano”. Numa metáfora famosa, Fichte denomina o intelectual como “o sal da terra”, a força crítica que “não somente vê o presente mas ainda o futuro”.

Acompanhado de perto o raciocínio de Domenico Losurdo, tentaremos mostrar que da teoria do intelectual desenhada por Fichte até o caso Dreyfus ocorreu na Europa o triunfo da formação de um processo no qual o intelectual *engagé* era visto como o defensor dos valores universais, como o da verdade, da justiça e do progresso da humanidade. Todavia, se da Revolução Francesa ao início do caso Dreyfus vemos a consolidação do triunfo dos intelectuais, o trágico início do século XX, em 1914,

---

<sup>1</sup> Departamento de Ciências Sociais – Centro de Ciências Humanas – UEL – 86051-990 – Londrina – PR

marca o declínio deste processo. A respeitabilidade civil e acadêmica dos intelectuais foi amplamente alterada com a primeira guerra mundial. A força crítica que marcava o papel do intelectual como sal da terra ou defensor dos valores iluministas e universais do homem entra em declínio com o advento da guerra mundial de 1914.

### **A missão do *intelectual* de J. G. Fichte**

Seguindo o curso do raciocínio do filósofo italiano Domenico Losurdo sobre o papel e a função do intelectual *engagé*, a fortuna histórica do neologismo *intelectual* pode ser encontrada já em estado de formação na França dos Setecentos e na filosofia idealista de Johann G. Fichte. Citando o historiador Franco Venturi, Domenico Losurdo afirma que, nesse período, ocorreu o primeiro debate sobre o papel dos intelectuais na sociedade contemporânea:

Enquanto o Antigo Regime revela as suas fendas e incuráveis contradições, Brissot chama os filósofos para intervirem diretamente sobre o cenário político, tornado-se assim políticos e jornalistas: estes ‘jornalistas filósofos’ (*gazetiers philosophes*) são considerados como ‘os curas, os missionários, os anjos enviados pelo céu para a felicidade dos homens’. Para estar à altura desta missão, os intelectuais não devem cessar de guardar a sorte da humanidade: ‘aos meus olhos, os sábios que não trabalham para ela são os ingênuos’. Estamos diante da primeira formulação da teoria do *engagement*. (VENTURI apud LOSURDO, 1997, p.80).

Ao celebrar a efetiva participação dos filósofos no debate político a respeito da vida pública, Brissot de Warville aponta também a importância decisiva dos jornais para a construção de uma nova visão política da ordem social existente<sup>2</sup>. O elogio aos jornais significa também um simultâneo elogio dirigido à participação dos filósofos na luta política de sua sociedade. No seu chamado dirigido aos “jornalistas filósofos”, concebidos como os “anjos enviados pelo céu para a felicidade dos homens”, está presente a revelação de um forte deslocamento ocorrido no sentido do papel dos intelectuais na França dos Setecentos. Brissot de Warville acentua o surgimento de um novo grupo de intelectuais não mais subordinados à hierarquia doutrinária da Igreja e às clausuras da ordem social aristocrática. Para Franco Venturi, este novo fermento intelectual presente na França desde os meados dos anos de 1740 indicava “que alguma coisa de novo estava nascendo. Da *Frühauflklärung* estamos passando à *Aufklärung*. Dos problemas religiosos e morais estamos presenciando o

<sup>2</sup> A própria trajetória intelectual de Brissot de Warville revela a importância dos jornais na França dos Setecentos. Educado para ser padre, Brissot abandona o destino pré-concebido para tornar-se um importante escritor e redator de panfletos e jornais como *Courrier de l'Europe* e *Le Patriote Français*. Conferir verbete “Brissot” In: SOBOUL, 1972, p.153-5.

despertar dos problemas políticos e sociais” (VENTURI, 1970, p.149). Na efervescente atmosfera cultural e política desse período, o papel originário dos “jornalistas filósofos” era o de combater os limites do Antigo Regime, tarefa essa que se alastrava por diversos caminhos, renovando a escala de valores sociais, alterando o mote dos trabalhos intelectuais, revelando novos problemas sociais e políticos, promovendo uma nova forma de sensibilidade e compreensão da humanidade, idealizando um novo homem e um mundo novo.

No curso dos acontecimentos sociais e políticos que ocorriam na França da Revolução de 1789, no outro lado do rio Reno a filosofia idealista de Fichte colocava em questão uma singular doutrina teórica a respeito da missão do intelectual na sociedade européia. No ano de 1794, o filósofo alemão promoveu um curso aberto ao público dedicado ao tema *de officiis eruditorum*. O termo latino *eruditorum* foi utilizado por Fichte somente na apresentação do programa do curso no catálogo da Universidade de Jena. Nas cinco lições do curso, Fichte fez uso do substantivo *des Gelehrten*. Como afirma Nicolao Merker, na tradução italiana da obra de Fichte, tal termo acarreta uma certa dificuldade de tradução, pois *Gelehrt* significa “erudito”, “sábio”, “douto”, palavras que não representam o verdadeiro sentido do termo na obra de Fichte. Para Nicolao Merker, “tendo em conta o significado totalmente moderno que o termo *Gelehrt* possui nas lições de Fichte, donde não se trata mais do “douto” ou “erudito” no velho sentido tradicional da palavra, que denota a existência do sábio separado da sociedade e vivendo na torre de marfim da sua ciência, é por isso preferível já neste texto traduzir o termo como “intelectual”, sobretudo, para afirmar a modernidade do significado”(Cf. MERKER, 1982, p.45). Nesse curso, Fichte teoriza a “missão do intelectual” como um decisivo *problema* filosófico e político. Para Fichte, o intelectual representa a consciência crítica capaz de combater o imobilismo, as crenças, os pré-juízos e as regras políticas e sociais do Antigo Regime. Logo no prefácio de sua obra, o autor lança mão de uma frase polêmica na qual afirma:

Que não se pode indicar os ideais como presentes no mundo real, o sabemos tão bem quanto eles e talvez melhor ainda que outros. Nós nos limitamos a sustentar que a realidade deve ser julgada a partir dos ideais e modificada por aqueles que se sentem aptos para tanto. (FICHTE, 1982, p.42-3)

Nesta sentença, na verdade uma dura crítica dirigida tanto aos eruditos do Antigo Regime como aos sábios cépticos, Fichte afirma o princípio do dever moral que os intelectuais necessitam efetuar nas suas reflexões sobre o mundo. Para o filósofo alemão, os intelectuais, ao contemplarem a realidade segundo o prisma de seus ideais, devem estar teorizando a transformação da sociedade.

A “missão do intelectual” entendida como fermento do progresso pode ser vista como um efetivo balanço teórico de um novo tipo histórico que surgia na sociedade européia, o intelectual laico não mais subordinado à hierarquia religiosa e aos valores aristocráticos. Como argumenta Fichte, o intelectual somente é sujeito, na medida em que possui de fato a autonomia e a liberdade, quando contribui efetivamente para a “realização do fim último da sociedade, que é aquele de tornar sempre mais nobre o gênero humano e de torná-lo sempre mais autônomo, auto-suficiente e livre do jogo das forças naturais”(FICHTE, 1982, p.82). No programa de ação desenhado por Fichte, o intelectual somente pode dar início a sua missão no momento em que ele rompe com os privilégios aristocráticos do Antigo Regime e contribui para o aperfeiçoamento e plena realização do *gênero humano*. Assim, na doutrina de Fichte, o intelectual está impedido de servir às forças sociais que promovem a escravidão, a miséria, e que mantêm a humanidade longe da realização de seu mais nobre destino: o aperfeiçoamento ético do homem em si e na sociedade. O próprio Fichte, ao enaltecer o sentido de sua missão intelectual, afirma que: “a minha vida e o meu destino não são importantes; infinita é a importância dos efeitos de minha vida. Sou um sacerdote da verdade; estou a seu serviço. Estou empenhado em fazer, ousar e compartilhar qualquer coisa em seu nome”(FICHTE, 1982, p.96).

Concebido como “educador do gênero humano, “sacerdote da verdade”, “maestro da humanidade”, o intelectual surge como intérprete privilegiado da razão e da universalidade. Da plena realização da sua missão social e política dependerá o melhoramento ou não da vida dos indivíduos, bem como qual será o sentido da ordem social existente, pois para Fichte,

o intelectual não vê somente o presente mas também o futuro; não vê somente o momento atual mas ainda a meta na qual a humanidade está endereçada se essa não quiser desviar ou retroceder. O intelectual não pode pretender transpor o gênero humano até o ponto que somente ele tem clareza; a humanidade não pode proceder por saltos o seu caminho. Ele deve somente preocupar-se que essa não se detenha nem retroceda. Por este aspecto, portanto, ele é o **educador** do gênero humano. (FICHTE, 1982, p.94)

Nessa frase, que sintetiza em vários aspectos a questão dos intelectuais na obra de Fichte, a definição do papel do intelectual é clara: ele é “o sal da terra”, e como tal, acrescenta o autor desenvolvendo o versículo do Evangelho de Matheos, “se o sal torna-se insípido, com que outra coisa se há de salgar?” (FICHTE, 1982, p.96). Se os intelectuais abandonam a missão de transformar a sociedade segundo os seus ideais, se eles não mais trabalham para o contínuo aperfeiçoamento do *gênero humano*, se não atuam como intérpretes privilegiados da razão

e como defensores da verdade e da liberdade, se não promovem o advento da nova sociedade, quem ou qual força social poderá fazê-lo? Logo, no argumento de Fichte, se os intelectuais não cumprem a missão de salgar a terra, metáfora que compreende o intelectual como a consciência crítica da ordem social e o agente do progresso histórico, o destino da humanidade não poderá ser outro do que permanecer “ainda ao baixo do grau da semi-humanidade, ou seja da escravidão” (FICHTE, 1982, p.67).

Segundo Domenico Losurdo, “a celebração do intelectual *engagé* encontra sua expressão mais enfática em Fichte”<sup>3</sup>. Intelectual *engagé* que se afirma como tal à medida que combate as forças do Antigo Regime e defende os valores universais da Revolução Francesa. Nas lições de Fichte, o intelectual é elevado ao posto mais alto e importante da sociedade européia do seu tempo. Como enfatiza o próprio Fichte, a função e o destino dos intelectuais é “o controle supremo sobre o progresso efetivo do gênero humano no seu todo, e a contínua promoção deste progresso”(FICHTE, 1982, p.90). Visto como um missionário, intérprete, condutor e protagonista da razão e do processo de aperfeiçoamento do gênero humano e da sociedade, o destino da ação política do intelectual passa a ser parte decisiva nos processos de transformação da sociedade moderna.

A afirmação do intelectual como a maior autoridade na ordem social contida na obra de Fichte, representa um efetivo balanço teórico a respeito dos processos sociais e políticos em curso desde os anos de preparação até o advento da Revolução Francesa. É o que argumenta Domenico Losurdo, ao efetuar uma análise comparativa entre o sentido do papel dos intelectuais não-proprietários e o da tradição liberal:

A partir da França dos Setecentos começa a delinear-se uma contradição entre proprietários e intelectuais não-proprietários, sendo esses últimos os que tendem a fazer causa comum com a massa dos miseráveis, como se verifica - quem o nota criticamente é sempre Constant - no curso da Revolução francesa. A ênfase da figura do intelectual ocorre em objetiva contraposição à celebração que, no mesmo período de tempo, a propaganda liberal faz da figura do proprietário como único depositário da maturidade do juízo necessário para o exercício dos direitos políticos e da direção do Estado. Em autores como Brissot e Fichte, o intérprete da universalidade não é mais o proprietário mas sim o intelectual. (LOSURDO, 1997, p.82)

<sup>3</sup> Losurdo, 1997, p.81. Domenico Losurdo, em outro ensaio, referindo-se ao mesmo livro de Fichte, afirma que: “*Die Bestimmung des Gelehrten*”, geralmente traduzido como ‘*La missione del dotto*’, mas que, para usar uma linguagem mais atualizada, poderia muito bem ser traduzido como ‘*L’engagement dell’intellettuale*’. (Cf. LOSURDO, 1991, p.110).

## **L' affaire Dreyfus e o neologismo intelectual**

A palavra intelectual possui o seu registro de nascimento na França do caso Dreyfus. No dia 13 de Janeiro de 1898, dois dias após o Conselho de Guerra condenar o Capitão de artilharia Alfred Dreyfus por espionagem e traição à pátria, o escritor Émile Zola publicou uma carta aberta ao Presidente da República Félix Faure com fortes acusações contra os Generais, contra os grafólogos, contra todo o Ministério de Guerra, contra a Justiça francesa. No dia seguinte à publicação da famosa carta *J'acusse*, na qual Émile Zola denunciava como falsas e forjadas as provas de alta traição apresentadas contra o Capitão, no mesmo jornal *L'Aurore* foi publicado um importante manifesto a favor de Dreyfus. Contendo cento e duas assinaturas dos mais importantes cientistas, escritores e artistas, os autores do manifesto atacavam o modo como o julgamento foi conduzido e manipulado pelos juizes e militares, e exigiam a revisão do processo. Tal manifesto foi denominado pela opinião pública como sendo o "Manifesto dos Intelectuais". Originava-se, assim, o neologismo intelectual. Uma palavra que estará presente no centro dos principais acontecimentos sociais e políticos do século XX.

Sobre o surgimento da palavra "intelectual" durante o caso Dreyfus, Dietz Bering afirma que: "Zola não permaneceu sozinho em seu protesto contra a injustiça e a arbitrariedade". "Por um momento, ele personificou a consciência moral da humanidade", dizia Anatole France, mas no dia seguinte, após a publicação do seu *J'acusse*, Paris e o mundo foram despertados pela formação de uma "nova força" combativa: "De ora em diante, o pensamento iria assumir também a consciência de lutar pela Democracia". "Os intelectuais" uniram-se e publicaram em 14 de Janeiro de 1898 no jornal *L'Aurore* o seguinte Manifesto: "Os signatários protestam contra a violação da forma do Direito durante o processo de 1894. Eles protestam contra o segredo (das *Geheimnis*) que rodeia o caso Esterhazy e exigem a revisão", de modo que "pela primeira vez lê-se a palavra *intellectuels* no jornal *Les Droits de l'Homme* do dia 19 de Janeiro: "uma situação revolucionária, constituída na luta pelo juízo, na qual os intelectuais, assim nomeados, marcham no combate contra a injustiça (...) e, dois dias mais tarde encontra-se no *Libre Parole* a idêntica fórmula *Protestation des Intellectuels*" (BERING, 1978, p.38-40).

O caso Dreyfus impôs profundas alterações na condição de existência dos homens de cultura. Determinadas formas de comportamento social e político foram decisivamente abaladas, juntamente com os alicerces de algumas das principais estruturas e instituições da Terceira República. No curso do caso Dreyfus, os homens de cultura foram obrigados a abandonar a celebração narcisista do seu trabalho no interior da torre de marfim da filosofia, da ciência e da arte, bem como o desprezo ou a inocência para com a política. Walter Benjamin, no seu ensaio *Sobre a situação*

*social que o escritor francês ocupa atualmente*, enfatiza a importância do caso Dreyfus para a formação cultural e política de toda uma geração de escritores e artistas franceses, ao dizer que “a luta por Dreyfus foi para os contemporâneos de Péguy o que a primeira guerra mundial tem sido para os mais jovens” (BENJAMIN, 1980, p.79). Para Charles Péguy, o caso Dreyfus era uma luta pela moral política e pela justiça. Desde o ano de 1900, quando funda *Les Cahiers de la Quinzaine*, Charles Péguy discorreu sobre o caso Dreyfus. Comentando a política do esquecimento em curso na França da Terceira República, Péguy afirma que:

essa decomposição comanda toda a nossa vida, toda a nossa fortuna, todo o nosso êxito. Podemos até mesmo nos perguntar se ela não comandará tudo o que nos está destinado. Dela vem, dela data toda a nossa miséria. É uma grande pena para uma geração, é um grande castigo, é uma grande miséria, uma decomposição infatigável ter debutado na vida mediante uma tão redundante decepção, por uma tamanha brutalidade, um brutal desencantamento. Uma geração que não pode se restabelecer. Essa capitulação inicial, pós-iniciada pelo nosso Estado-Maior tem condenado toda a nossa história [...] Somos uma geração sacrificada. (PÉGUY, 1961, p.15 et seq.)

A idéia de “geração sacrificada”, que ganhará contornos mais dramáticos a partir de 1914, pode ser compreendida numa passagem muito significativa onde Péguy define toda a importância do caso Dreyfus para a sua geração, dizendo que:

[...] quem não vê que todo o esforço e que todo o trabalho dos políticos têm sido de nos reconciliar acerca desse caso, isto é, de nos fazer perder prematuramente e artificialmente o sentido desse caso, a inteligência, o entendimento, interior, o segredo, literalmente a memória desse caso. Afinal, o jogo dos políticos têm sido precisamente, e muito exatamente, de nos transformar prematura e artificialmente em historiadores; de dreyfusianos, (e de anti-dreyfusianos), em historiadores do caso Dreyfus; de nos transportar prematura e artificialmente da posição de dreyfusianos, (e de anti-dreyfusianos), na posição de historiadores, do caso Dreyfus, e do dreyfusianismo. Como o povo diz: *faire perdre le goût du pain*, literalmente assim eles nos têm feito perder *le goût* do caso Dreyfus [...] *Perdre le goût du pain*, significa morrer. *Faire perdre le goût du pain*, significa matar-se. (PÉGUY, 1961, p.292 et seq.)

De fato, como resultado direto do longo processo de difamação, desonra militar e humilhação pública contra o Capitão Alfred Dreyfus, originou-se um arrebatador imperativo moral na consciência dos homens de cultura. Imperativo moral que se manifestava no ato individual de escolher uma posição perante as acusações construídas pelo Estado-Maior, e que adquiria maior profundidade à medida que os intelectuais,



agora assim denominados pela opinião pública, defendiam publicamente determinados valores, ideais, normas sociais e jurídicas afetadas e distorcidas durante o caso Dreyfus. Dietz Bering argumenta que, no curso do caso Dreyfus, surge a afirmação de uma decisiva consciência moral nos escritores e cientistas franceses. Para Bering:

Os intelectuais, em 1898, realçavam continuamente o ideal do Estado de direito democrático como ponto de vista exterior; assim continuamente permaneceram de um outro modo: como a consciência moral (*das Gewissen*) [...] Émile Zola, que em seus panfletos publicados sobre o processo Dreyfus sempre os concluía com o título ‘A verdade em marcha’ (*La vérité en marche*), nunca utilizou de uma maneira admirável o conceito ‘intelectual’, simplesmente colocava como substituto a expressão ‘Homens de consciência moral’ (*Menschen von Gewissen*). (BERING, 1978, p.54 et seq.)

De certo modo, a necessidade moral que conduzia os pensadores e artistas para escolherem uma posição pública a favor do Capitão Dreyfus implicava, por conseguinte, no ato de engajamento coletivo na luta política pela manutenção das conquistas históricas do indivíduo moderno, pelas normas do direito moderno violadas em nome dos interesses do Estado francês, e pelo ideal iluminista de justiça e verdade.

É o que aponta Wolfgang Fietkau, ao descrever o impacto do caso Dreyfus nas ações sociais e políticas de Georges Sorel e do filósofo alemão Hermann Cohen (FIETKAU, 1986, p.319). Para Wolfgang Fietkau, a intuição política de primeira hora presente em Sorel de que a “luta por Dreyfus” deveria ser uma “luta pelo Direito”, aparece também nas reflexões do filósofo alemão a respeito do “significado histórico desse *affaire*”. Para Hermann Cohen, autor de um ensaio chamando “Nosso dever de honra para com Dreyfus”, escrito em 1899, a condenação de um inocente por uma das mais altas instituições do Estado, o Conselho de Guerra, significava um profundo “abalo nos pilares do Estado moderno”. A posição de Hermann Cohen no caso Dreyfus revela que não obstante a cuidadosa divulgação pela Imprensa alemã do que ocorria no outro lado do rio Reno, o filósofo alemão compreendia a magnitude do caso, sobretudo, a importância decisiva do engajamento político dos intelectuais franceses na defesa dos valores universais do Estado moderno: “o grande talento político dos Franceses lhes têm permitido compreender intuitivamente a significação do caso Dreyfus para a República. E essa inteligência era obrigada a conhecer esse final: o estabelecimento do direito. Pois dentro do direito não há conteúdo sem forma. O direito é a forma da justiça” (FIETKAU, 1986, p.319-20). Ao enaltecer o empenho político dos intelectuais franceses na defesa dos valores do Estado moderno, sobretudo no que se refere à reconstrução do sentido da Justiça e do Direito, Cohen tematizava um problema que será caro para toda uma geração de filósofos e sociólogos posterior



à sua: o avassalador processo de enfraquecimento do indivíduo e o fortalecimento do autoritarismo no interior do Estado Moderno.

Com a efetiva revisão do processo e a conquista da absolvição do Capitão Dreyfus no ano de 1906, os intelectuais que participaram deste longo processo obtiveram um evidente êxito. É o que afirma Domenico Losurdo ao assinalar que, no final dos Oitocentos, o caso Dreyfus tornou evidente “de algum modo o triunfo da figura do intelectual *engagé*” (LOSURDO, 1997, p.82). De fato, a atitude impetuosa de Émile Zola resultou na formação de um amplo agrupamento de intelectuais engajados coletivamente na luta contra a injustiça, a falsidade, o autoritarismo e o anti-semitismo. Como consequência direta da nova atitude social e política derivada da palavra de ordem lançada por Émile Zola, “*la Vérité est en marche*” (ZÉVAËS, 1931, p.66), a figura do intelectual foi composta por uma efetiva aura de respeitabilidade e autoridade civil. Resultava, portanto, ao intelectual a função de orientar a opinião pública, utilizando seus argumentos retóricos a favor da promoção da justiça e da verdade, do progresso e da razão, argumentos que Julien Benda afirmará, em 1927, no seu famoso livro *La trahison des Clercs*, ao enaltecer o papel dos intelectuais enquanto defensores dos valores universais:

quando Voltaire luta por Calas, quando Zola e Duclaux vieram a testemunhar dentro de um processo célebre, esses clérigos absorvem plenamente, e de um maneira mais nobre, a sua função de clérigos; eles eram os sacerdotes da justiça abstrata e não se macularam de nenhuma paixão por um objeto terreno. (BENDA, 1927, p.63)

## **A imagem negativa do intelectual na França da Terceira República**

Na França da Terceira República, a idéia de decadência era refletida e diagnosticada como um decisivo **problema** nacional. Escritores, poetas, cientistas e intelectuais pensavam os dilemas da realidade social e política através da noção genérica de **decadência**, ponto de partida comum para a construção dos mais diversos projetos políticos que teorizavam a regeneração da pátria. Decorrente da derrota militar para a Prússia em 1871 e do trágico desfecho do governo da Comuna de Paris, a Terceira República inaugura uma época de decadência marcada pelos diversos distúrbios sociais, radicalismo político, ameaças de guerra civil e ampla crise de valores morais. A traumática derrota militar ocorrida em Sedan e a profunda humilhação sofrida pelos franceses após a ocupação de Paris pelo exército prussiano, acontecimentos que geraram a profunda sensação de decadência da pátria no altar da história, foram sintetizados por Maurice Lair na seguinte frase: “todo o décimo-nono

século se reduz a uma data fatídica, 1870, quando a Alemanha emergiu do oceano dos tempos”(Cf. SERRA, 1992, p.182). Nessa sentença, podemos observar tanto a presença da sensação de decadência e do sentimento de melancolia pela pátria mutilada no confronto militar, como também é possível vislumbramos o imperativo desejo de uma revanche bélica contra o inimigo da França, a Alemanha que “emerge do oceano dos tempos” como um Reich.

Reverter o estado de crise e decadência foi a tarefa assumida por mais de uma geração de escritores, poetas e cientistas franceses. Isso significava um imperativo desejo que conduzia os homens de cultura na procura por uma ampla reformulação da ordem social e política, uma concepção de mundo que seria formulada e difundida, sobretudo, pelos chamados “poetas-líderes” do *Institut de l’Action française*, Charles Maurras, Léon Daudet e Maurice Barrès. Fundado em 1905, o *Institut de l’Action française* reunia um conjunto significativo de escritores, poetas e jornalistas que cultuavam os valores tradicionais da cultura francesa, e que reagiam energeticamente contra os acontecimentos políticos que abalavam a ordem e a hierarquia social desde o início da Terceira República. Adversários radicais da República, inimigos de primeira hora do Capitão Alfred Dreyfus e dos intelectuais dreyfusianos, nacionalistas, militaristas e anti-semitas, os escritores expoentes *d’Action française* durante toda a Terceira República almejavam restaurar o sentido da história na França.

Maurizio Serra, refletindo acerca do ideário compartilhado pelos “poetas-líderes” *d’Action française*, argumenta que, para Maurice Barrès, Léon Daudet e Charles Maurras a derrota militar em Sedan, os crescentes embates políticos internos, a degradação moral, o declínio das instituições tradicionais, eram diagnosticados como problemas próprios de uma sociedade falsa e corrompida que deveria ser toda regenerada em seus fundamentos. Para os três expoentes *d’Action française*, as sucessivas crises e a sensação de decadência plasmada no cotidiano somente seriam superadas mediante o repúdio das normas da vida e da sociedade burguesa e, por conseguinte, com o retorno ao passado glorioso da França do Antigo Regime. Assim, para Serra, no núcleo do conjunto de idéias desenvolvido pelos “poetas-líderes” existia uma oscilação entre o “estímulo mítico-sentimental do nacionalismo e um projeto de reapropriação da história” (SERRA, 1992, p.42). Uma concepção de mundo, portanto, que buscava “restaurar as forças da França”, exaltando o passado contra o presente, enaltecendo a acumulação do capital contra o parasitismo do burguês, a solidariedade cristã contra o intelectual laico, o ideal monárquico contra a Terceira República, o poder legitimista contra o parlamento, o francês contra o judeu, os valores do sangue e do solo contra a Razão, a tradição francesa contra a modernidade, o nacionalismo contra a concepção universal de homem. É o que Maurizio Serra argumenta na sua leitura a respeito da atmosfera cultural e política da França após a derrota militar em Sedan:

O pessimismo conotava uma França tolerante apenas na aparência, entre o Oitocentos e o Novecentos, e era destinado a influenciar o debate entre passado e o presente, conservação e progresso, tradição e modernidade sobre todo o continente [...] O filho de Daudet, Léon, será o máximo expoente junto com Maurras, da *Action Française*, campeão de intransigência germanófoba e xenófoba, inimigo da penetração estrangeira, hebraica, maçônica, protestante, que ‘miscigenava’ e humilhava a nação. Para Daudet e Maurras, a República era o mal porque, oriunda da derrota, não constituía um símbolo representativo. Os lamentos ao legitimismo favoreciam uma representação mítica da França ‘profunda’, que desaguará, após duas guerras, com muitos compromissos e muitas ilusões, na restauração de Vichy. (SERRA, 1992, p.34)

Para Ernst Nolte, “a história *d’Action française* começa com o Affaire Dreyfus” (BERING, 1978, p.341). Nesta história, o embate de Barrès, Maurras e Daudet contra os intelectuais dreyfusianos constitui um capítulo decisivo. Desde o ano de 1898, os “poetas-líderes” *d’Action française* promoveram uma significativa campanha de difamação do papel dos intelectuais no caso Dreyfus estabelecendo, ainda, uma aproximação direta entre o estado de decadência moral e político da França mutilada pela perda da guerra e de suas províncias (Alsácia e Lorena) e a figura do intelectual. Para Maurice Barrès, o intelectual era um “decadente”, um ser “desenraizado” que compreendia a realidade social e política através da formulação de conceitos abstratos e genéricos, que lutava pela absolvição do Capitão judeu traidor da pátria, que concebia e valorizava um conceito universal de homem, que era anti-nacionalista e defensor do pacifismo.

Como já observamos anteriormente, Dietz Bering apresenta uma profunda leitura acerca da origem do sentido da palavra intelectual na França do caso Dreyfus. Refazendo toda a trajetória do neologismo na França da Terceira República, Bering efetua uma ampla análise da imagem do inimigo construída por Maurice Barrès a respeito dos intelectuais dreyfusianos. Na reflexão que Bering constrói sobre o ideário de Barrès, a figura do intelectual era difamada nos seguintes termos: o intelectual era aquele que “refletia em termos abstratos e sem instintos”; “anti-nacional” no coração; “judeu” por nascimento ou caráter, “decadente” por índole e “incompetente” no que quer que faça” (Cf. BERING, 1978, p.324). Veremos, com a ajuda de Bering, o modo como Barrès, repudiando o papel do intelectual *engagé* que surgia no curso do caso Dreyfus, na verdade, buscava condenar todas as concepções de mundo que promovessem uma teoria revolucionária da sociedade contemporânea.

Maurice Barrès definia os intelectuais dreyfusianos como “os lógicos do abso-luto”. Numa célebre pergunta, “*Qu’ est-ce qu’ un intellectuel?*”, certamente a primeira questão formulada sobre o sentido do neologismo “intelectual” na modernidade, Barrès definia tal tipo como “um indivíduo que está convencido de que a sociedade

deve ser organizada segundo a lógica. Na realidade, ele desconhece o que a sociedade fora outrora, e ainda que as necessidades dos indivíduos podem estar alheias à Razão (*Vestand*)” (BERING, 1978, p.44). Barrès acentua o fato de que os intelectuais pensam de forma abstrata os dilemas da sociedade francesa, e que abandonam seus valores e suas tradições em nome da Lógica e da Razão universal. Seu repúdio é todo ele voltado contra os intelectuais *engagé* e os professores universitários, principalmente contra o papel ativo de Émile Zola no caso Dreyfus e de Émile Durkheim na renovação política e científica em curso na Sorbone desde o início deste século. Na visão de Wolf Lepenies, nas críticas que Maurras e Barrès dirigiam contra os intelectuais engajados na defesa do Capitão Dreyfus e aos professores universitários, o que verdadeiramente estava em causa era a luta pela redefinição do sentido da história na França:

Para a *Action Française*, a ciência era algo autoritário e aristocrático por essência, como a própria natureza. A penetração do *esprit démocratique*, essa perniciosa consequência da Revolução, não somente havia debilitado a França no político, senão também a ciência nacional havia sofrido seus efeitos. Se ainda se queria salvar a intelectualidade francesa da iminente barbárie, era necessário regressar cem anos na organização do estudo. Essa era, ao menos, a proposta de Charles Maurras, a qual desejava voltar para uma época em que não se pensava em absoluto em sociologia [...] A firmeza programática de Durkheim provocava, e não em último término, a reação de todos os que desejavam a sociedade da velha França e suspiravam que quem não houvera vivido pessoalmente o Antigo Regime não sabia o que significava ser feliz. Uma atitude antimodernista unificava aos diversos opositores de Durkheim, a nostálgica evocação de uma época em que todavia não se conhecia o *homme moyen* dos estatísticos, senão somente o *Français moyen* que se sentia em casa em sua pátria, e uma cultura literária cujo centro estava esse *honnête homme* que era capaz de comportar-se e sabia como se expressar. (LEPENIES, 1994, p.54).

No discurso que Maurras e Barrès dirigiam aos franceses, temas como o desejo pelo retorno ao passado glorioso, a procura da efetiva obstaculização do curso do presente caótico e sem sentido, a regeneração das relações naturais existentes entre os indivíduos e as instituições da pátria, estavam lado-a-lado com a difusão da tarefa de eliminar as fontes das crises e da decadência: a República e os intelectuais. Nas críticas que Maurras e Barrès endereçavam contra o ideal de República, fonte por onde brotavam as forças que promoviam a ruínas dos valores e a decadência do espírito francês, os intelectuais dreyfusianos e os professores universitários durkheimianos eram retratados como os principais precursores da ruína da pátria no altar da história. No curso do caso Dreyfus, Barrès repetidamente afirmava que os

intelectuais “acima de tudo eles pronunciam uma idéia abstrata”, e numa outra passagem estabelece imediatamente seu princípio contrário: “Nós apreciamos tudo com o ponto de vista francês”. Assim, como aponta Bering defronte da “consciência do relativo” afirmada por Barrès estão os “lógicos do Absoluto”, os intelectuais (BERING, 1978, p.45).

No repúdio que Barrès dirige aos intelectuais dreyfusianos e aos professores universitários durkheimianos, denominados como “intelectuais kantianos” que “discutem sobre a Justiça, sobre a Verdade”, defende o autor o poder do instinto como valor básico do homem de cultura. Na sua exaltação aos valores instintivos do homem, e em repúdio ao comportamento racional e universal dos intelectuais, Barrès dizia: “quão fina camada de nossa superfície é ainda nossa inteligência. Para nosso ser, determinante é ainda o sentimento” (BERING, 1978, p.45). Para o romântico Barrès, os intelectuais trabalhavam contra os interesses nacionais na medida em que buscavam nas teorias construídas em outro solo argumentos e idéias alheias aos sentimentos, valores e interesses da pátria.

Rotulados como “anti-nacionalistas”, os intelectuais no curso do processo Dreyfus promoviam a divisão dos franceses, semeando ódios, valores e modos de comportamento distorcidos. Para Barrès, a dura sentença acusatória que um dos principais generais do Estado-Maior dirigia contra Émile Zola, era a expressão mais nítida da ausência de raízes e de sentimentos patrióticos e de lealdade presente nos intelectuais. Para o General de Pellieux:

Demolindo-se a confiança que o Exército deve ter em seus líderes, assim acaba-se por demolir o próprio Exército [...] Um dia o Sr. Zola poderá escrever um romance chamado “O desmoronamento”. Com isso, ele novamente terá levado a língua francesa para todo o mundo; mas sobre o mapa daquele mundo seria inútil procurar o nome da França (Cf. BERING, 1978, p.47).

No momento em que os intelectuais dreyfusianos estavam restaurando a verdade e a justiça, denunciando a falsidade das acusações criadas pelo Estado-Maior contra o Capitão Dreyfus, aos olhos do comando do Exército e dos “poetas-líderes” da *Action française* eles estavam trabalhando contra os interesses do Estado francês! O liame que unia o General de Pellieux com os anti-dreyfusianos era a defesa enérgica e autoritária dos interesses do Estado que estão acima da vida, da morte e da liberdade dos indivíduos.

Uma outra acusação que compunha a imagem do inimigo criada pôr Maurras e Barrès era a associação direta entre os intelectuais dreyfusianos e o judaísmo. Numa frase celebre, Barrès dizia: “que Dreyfus é capaz de trair, isto eu concluo pela sua raça”(BERING, 1978, p.49). Anti-nacionalista, a figura do intelectual como

inimigo da pátria era composta pelo complemento pejorativo do anti-semitismo. Para Barrès, o intelectual, “lógico do absoluto” compartilha com o judeu da carência de valores patrióticos e de lealdade, transmitidos para ele somente pelas vias do sangue e do solo:

O judeu não tem nenhuma pátria no sentido como nós a compreendemos. Para nós a pátria é formada pelo sangue e por nossos antepassados, ela é a herança de nossos mortos. Para eles, ela é o lugar sobre o qual podem realizar melhor seus interesses.

Imagem que Barrès justapunha à figura e ao papel desempenhado pelos intelectuais dreyfusianos:

Vós ‘intelectuais’ criaram a célebre definição: ‘A pátria é uma idéia’. Mas o que isso significa? Por exemplo, uma idéia, que para eles é útil, é a de que todos os homens são irmãos, que a nação é um pré-conceito (*Vorurteil*) que deve ser destruído, que a honra dos militares cheira a sangue... (BERING, 1978, p.48).

São vários os exemplos do sentimento anti-semita que vinculava a figura do intelectual dreyfusiano como o típico judeu, o traidor da pátria, formulado por Barrès e difundido muito prontamente pela imprensa francesa. A respeito da atmosfera anti-semita propagada por Barrès em torno da figura do intelectual, Bering amplia a questão afirmando que, desde o surgimento do termo “intelectual” no jornal *L’Aurore* esta composição era plenamente difundida pelas revistas e periódicos<sup>4</sup>. Para Bering, a aproximação da figura do intelectual como judeu foi estabelecida por Maurice Barrès a partir de 1 de Fevereiro de 1898, quando esse escreve: “ao olharmos a chamada **lista dos intelectuais** vemos que ela consiste de Judeus e Protestantes, principalmente de pessoas simplórias, seguidas pelos estrangeiros e finalmente alguns bons franceses como Anatole France”(Cf. BERING, 1978, p.345 – grifo meu).

Tal juízo colaborava para a composição de uma empedernida concepção de mundo nacionalista, autoritária e anti-semita. Segundo o historiador George Mosse “anteriormente à primeira guerra mundial, foi a França e não a Alemanha que aparece mais próxima de tornar-se a sede de um vitorioso movimento racista e nacional-socialista” (SERRA, 1992, p.110). De fato, do trágico início da Terceira República até o advento da primeira guerra mundial, existiam na França concepções de mundo profundamente violentas, autoritárias e, no limite, auto-destrutivas. É o que podemos

<sup>4</sup> A respeito desta questão, Dietz Bering afirma que frases como “a lista dos Pseudo-intelectuais é formada apenas pelos Protestantes e Judeus”, escrita por um “Universitário” em 21 de Janeiro de 1898, representava uma forte tendência ideológica existente na França da Terceira República. (Cf. BERING, 1978, p.48-9).

observar através do pensamento de Léon Daudet, defensor do poder legitimista monárquico que durante a guerra mundial difamava o parlamento e promovia uma esfuziante elegia ao militarismo, tendo em vista o seguinte objetivo: “para que nossos amigos do front encontrem, na volta, um exército sólido para derrubar a República e dar posse ao nosso rei. Então, ao menos, a guerra terá servido para alguma coisa”. Nessa sentença de Daudet, a banalização da morte de milhares de pessoas é a expressão mais clara da brutalização da política, dois dos emblemas mais significativos da crise da modernidade neste século.

### **Conclusão: a figura do intelectual *engagé* de Fichte ao caso Dreyfus**

No livro *Ascensão e queda dos intelectuais*, Wolf Lepenies afirma que

o intelectual não nasceu na época de Dreyfus, mas o seu papel na sociedade e a sua função relevante na arte e na política moderna foram debatidos publicamente a partir dos tempos do ‘*affaire immortelle*’, como o havia definido Marcel Proust. O significado individual e coletivo do *affaire* Dreyfus derivou, por aquilo que viveram então, da necessidade de fazer uma escolha. Julien Benda, repensando mais tarde o escândalo, escreve que ele foi levado a considerá-lo uma verdadeira fortuna para ele e para os membros da sua geração, porque, de fato, o intelectual tinha tido a oportunidade, ultrapassando o limite da vida espiritual, de fazer uma escolha que o ajudasse a compreender com clareza o próprio ponto de vista espiritual. (LEPENIES, 1992, p.61)

De fato, o intelectual não nasceu na época do caso Dreyfus, ao contrário, no *affaire* podemos vislumbrar o coroamento do processo no qual o intelectual surge como defensor dos valores universais que fundamentam a era moderna. Vimos que, a partir dos meados dos Setecentos, é crescente a participação e a importância dos intelectuais na edificação de um novo sentido para a sociedade moderna. De Johann G. Fichte ao caso Dreyfus podemos observar um longo processo de formação de uma nova situação social na qual os intelectuais estão engajados nos principais embates de sua sociedade. Nos dois casos, *mutatis mutandis*, os intelectuais assumem a posição privilegiada de intérpretes da universalidade e da racionalidade. Nos dois processos históricos, a palavra intelectual acabou por ser acrescida de novo sentido, fruto de uma nova constituição interna e de uma singular idéia de missão que caberia ao intelectual realizar continuamente na sociedade moderna. Na teoria de Johann G. Fichte sobre a missão do intelectual e na participação dos intelectuais franceses *engagé* ao longo do caso Dreyfus, o próprio uso da palavra intelectual revela o surgimento de um novo sentido. Missionários de uma nova



ordem social, educadores do gênero humano, restauradores da verdade suprimida, consciência crítica que intervém em nome dos direitos violados e do progresso obstacularizado, seja como for, importa ressaltar que não podemos mais entender o significado das feridas produzidas pela sociedade civil e pelo Estado moderno nos indivíduos, sem antes compreendermos qual foi o papel dos intelectuais na tentativa de cicatrizá-las.

## **Referências**

- BENDA, J. **La trahison des Clercs**. Paris: Bernard Grasset, 1927.
- BENJAMIN, W. **Imaginación y sociedad**. Madrid: Taurus, 1980.
- BERING, D. **Die intellektuellen**: Geschichte eines Schimpfwortes. Stuttgart: Ernst Klett-Cotta, 1978.
- FICHTE, J. G. **La missione del dotto, a cura de N. Merker**. Roma: Riuniti, 1982.
- FIETKAU, W. A la recherche de la révolution perdue: Walter Benjamin entre la théologie de l'histoire et le diagnostic social. In: WISMANS, H. (Org.). **Walter Benjamin et Paris**. Paris: Editions du Cerf, 1986.
- GOMES, P. E. S. **Vigo, vulgo Almercyda**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- LEPENIES, W. **Ascesa e declínio degli intellettuali in Europa**. Bari: Laterza, 1992.
- \_\_\_\_\_. **Las tres culturas**: la sociología entre la literatura y la ciencia. México, DF: Fondo de Cultura Económica, 1994.
- LOSURDO, D. L'engagement e i suoi problemi: fortuna e tramonto di una categoria nella cultura italiana. In: CASSANIGA, G.M.; LOSURDO, D. ; SICHIROLLO, L. (Org.). **Prassi**: come orientarsi nel mondo. Urbino: Quattro Venti, 1991.
- \_\_\_\_\_. Gli intellettuali e il conflitto: responsabilità e coscienza storica. **Rivista di Filosofia**, Bologna, v.88, n.1, 1997.
- MERKER, N. Introduzione. In: FICHTE, J. G. **La missione del dotto, a cura de N. Merker**. Roma: Einaudi, 1982.
- PEGUY, C. **Oeuvres en prose 1909-1914**. Paris: Gallimard, 1961.
- SERRA, M. **Ferita della modernità**: intellettuali, totalitarismo e immagine del nemico. Bolonha: Il Mulino, 1992.
- SOBOUL, A. **Dictionnaire historique de la Révolution Française**. Paris: Presses Universitaires de France, 1972.
- VENTURI, F. **Utopia e riforma nell'illuminismo**. Torino: Einaudi, 1970.

ZÉVAÈS, A **L’Affaire Dreyfus**. Paris: Nouvelle Revue Critique, 1931.

— \*\* —

**RESUMO:** Neste artigo, uma análise comparativa é feita acerca do sentido da palavra intelectual em dois momentos: na obra *A missão do douto* de Johann G. Fichte e no *affaire* Dreyfus.

**PALAVRAS-CHAVE:** Intelectual; Fichte; *affaire* Dreyfus; *engagement*; modernidade.

**ABSTRACT:** In this article, there is a comparative analysis of the meaning of the word intellectual in two moments: in the book *La missione del dotto* by Johann G. Fichte and in the *affaire* Dreyfus.

**KEYWORDS:** Intellectual; Fichte; *affaire* Dreyfus; *engagement*; modernity.